

# UMA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DA RESISTÊNCIA

**Autoria:** Bruno Siqueira Fernandes\*

## Resumo

Este artigo busca discutir a possibilidade da Economia Solidária como proposta de emancipação e de consolidação como *Espaço da Resistência*. A partir da análise de Carolina Herrmann, inspirada em Lefebvre e no conceito de Doxa de Pierre Bourdieu, será feita uma tentativa de aproximação do movimento da Economia Solidária, em especial no Brasil, com o conceito criado pela autora. A partir de uma análise do contexto contemporâneo da política neoliberal, será feita uma tentativa de perceber na Economia Solidária uma proposta de emancipação por constituir uma frente de pensamento fora da doxa. Isso mostra que a Economia Solidária, em alguns aspectos, se insere na resistência contemporânea e, também, nas críticas ao contexto político neoliberal. Esta análise traz contribuições para a compreensão desse movimento, do circuito inferior da Economia Urbana, como uma alternativa ao sistema vigente e abre espaço para maiores questionamentos posteriores.

**Palavras-chave:** espaço, economia urbana, economia solidária.

## Abstract

The present article aimed a discussion about the possibility of the Solidarity Economy as a proposal of emancipation and of consolidation as a "Resistance Space". From the analysis of Carolina Herrmann, inspired in Lefebvre and in the concept of Doxa from Pierre Bourdieu, is made an attempt to approach the Movement of Solidarity Economy, particularly in Brazil, with the concept created by the author. From a context analysis of contemporary neoliberalism politics, is made an attempt to realize the Solidarity Economics as a proposal of emancipation for being in front of thinking outside Pierre's Doxa. This shows that Solidarity Economics, in some aspects, can be included in the contemporary resistance and also in the critic of the neoliberalism political context. This study brings contributions to the understanding of this movement, on the lower circuit of Urban Economics, as an alternative to the current system and open space for later questions.

**Keywords:** space, urban economics, solidarity economics.

## 1. Introdução

Esse artigo é resultado da disciplina optativa Questão Urbana no Brasil, ofertada por Roberto Luís Monte-mor, na FACE/UFMG. Parte de um esforço em perceber, a partir do conceito de Espaço de Resistência, elaborado por Carolina Herrmann, uma possibilidade de emancipação na Economia Solidária.

Em um primeiro momento, será apresentado a Economia Solidária e seu crescimento como

movimento político no Brasil. Expondo, então, o processo de consolidação e institucionalização ao longo dos anos. Em seguida será feita uma análise do contexto atual do neoliberalismo e a produção do espaço a partir de Milton Santos, Lefebvre e outros autores.

Adiante, será exposto o conceito de Espaço de Resistência e a tentativa de aproximação com o movimento de Economia Solidária. Essa aproximação

\* Bolsista de iniciação científica do CNPq

se consolida como um esforço para enxergar no movimento uma possibilidade de emancipação para as classes dos setores populares.

## 2. O Surgimento da Economia Social e da Economia Solidária

### 2.1 O Surgimento da Economia Social na Europa

A Economia Social tem seu início atrelado às turbulências causadas pela revolução industrial. Em resposta à decadência do setor popular, consolidou-se a partir de operários e camponeses um sistema democrático de autogestão. Nesse movimento, a rentabilidade econômica representava antes um meio do que um fim, orientadas por objetivos primordialmente sociais (Gaiger, 2009 p.82).

O processo de industrialização impôs à Cidade a inversão da lógica vigente do valor de uso e introduziu a lógica do valor de troca (Lefebvre, 1999). É nesse momento que a Economia Social começa a apresentar a natureza plural da economia, ao se apropriar de recursos do mercado para destiná-los a ações alheias à lógica da troca, se opondo, assim, as tendências reducionistas da racionalidade econômica neoclássica (Gaiger, 2009 p.83). Como observado por Laville (2008, p.178), existe na Europa uma nova onda de iniciativas que surgem nas últimas décadas, caracterizada pela "vontade de reescrever a solidariedade democrática no coração da economia" (tradução própria).

A luta dessa nova onda de Economia Social pela Europa reivindica novas regulações institucionais e a luta contra "a amplitude intolerável das desigualdades e dos estragos ecológicos" (Laville, 2008, p.178) (tradução própria). Nos anos 1960, ocorreu mudanças expressivas nos modos de vida da população europeia, catalisadas principalmente pelas crises econômicas. Essas crises incentivaram uma inclinação no sentido da perspectiva solidária e se combinam numa vontade crescente de mudança social. Todo esse movimento se materializaria numa sequência de reformas nas leis associativas e cooperativistas, visando abarcar

uma concepção mais heterogênea dessas formas de associação. Com efeito, a experiência Italiana, por exemplo, gerou cerca de 300.000 novos empregos na década de 1990 (Laville, 2009, p.179).

Entretanto, no final do século XX, ocorre um enfraquecimento da Economia Social que dá origem ao que é conhecido por Nova Economia Social. As colaborações sociais de caráter associativo foram perdendo força frente ao avanço do regime Estado-mercado. Na medida em que ocorre um apoderamento do movimento por parte do Estado, esse se submete às pressões competitivas. Após isso, e com o dismantelamento do Consenso Keynesiano durante a crise da regulação da década de 70, surge um novo termo: Nova Economia Social:

Iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo, empresas em processo falimentar transferidas às mãos dos trabalhadores, etc. (Gaiger, 2009, p.83).

Segundo Gaiger (2009 p.83), essa conceituação se aproxima fortemente do que é conhecido hoje por Terceiro Setor (Alves, 2002, p.13), que seria um espaço institucional que abriga diversas formas de ações (privadas, associativas e voluntaristas) voltadas para uma perspectiva não-lucrativa.

Com o enfraquecimento das grandes ideologias políticas, as formas usuais de militância cederam espaço a "envolvimentos que buscavam respostas a problemas específicos ou de interesse difuso, como a discriminação racial, a paz e a sobrevivência do planeta" (Gaiger, 2009 p.84). A partir desse processo, origina-se, segundo Gaiger, a nova geração da Economia Social que refuta a separação da economia entre as esferas econômica e social, e se aproxima do conceito de Economia Solidária (usual na

América Latina).

Gaiger (*apud* Laville, 2009, p.84) afirma que “diferentemente do Terceiro Setor, a nova geração da Economia Social recusou-se a cumprir o simples papel de uma economia de reparação”. Isto é, não se tratava mais de apenas consertar e reagir aos impulsos neoliberais de perda de direitos, mas sim, reclamar “o caráter universal e irrevogável dos direitos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia”. Esta nova geração vem com um “olhar crítico” sob a antiga concepção de Economia Social, reafirmando uma dimensão política destas (novas) iniciativas sociais.

Ao longo do tempo, o termo Economia Social passa a englobar uma vasta gama de concepções e movimentos associativos, “dos quais tratou de propor uma via de convergência entre projetos de sociedade distintos, por vezes incompatíveis” (Gaiger, 2009, p.85). Deste modo, faz-se necessário evocar um novo conceito para dar conta das especificidades de propostas específicas para uma outra economia. No entanto, para não perder as raízes importantes dessa experiência histórica denominada Economia Social, algumas vezes faz-se o uso do conceito Economia Social e Solidária, “como uma solução de compromisso entre seus promotores mais antigos e mais recentes” (Gaiger, 2009, p.85).

Além disso, em muitos países anglo-saxões a adoção da noção de “setor sem fins lucrativos” como sinônimo de Terceiro Setor, exemplifica a dificuldade de se pensar o não-econômico ou mesmo o não-lucrativo. A noção de Terceiro Setor adotada nestes países, “procura dar conta daquilo que, tendo um sentido social, envolve o setor privado, em si mesmo voltado ao econômico” (Gaiger, 2009, p. 85). Além desse forte reducionismo em torno da questão do lucro econômico, o Terceiro Setor, que não questiona a “dimensão estrutural das desigualdades e das transformações sociais necessárias à sua superação”, muitas vezes, não abarca um princípio fundamental da Economia Solidária, a Democracia no meio organizacional. O conceito de nova geração

da Economia Social, Economia Social e Solidária ou mesmo Economia Solidária (na América Latina), portanto, oferece uma nova visão, não-economicista, da realidade associativa, cooperativa, solidária e social.

## 2.2 O Surgimento da Economia Solidária na América Latina e no Brasil

Segundo Gaiger (2009), na América Latina, o conceito de Economia Solidária refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. Assim como na Europa, utiliza uma lógica não mercadológica e não monetária, no intuito de se manter uma autogestão e crescimento conjunto, democrático e solidário.

A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos. As organizações de Economia Solidária minimizam a presença de relações sociais que subentendem a separação entre capital e trabalho (Gaiger, 2009, p.85-86).

Com o crescimento da Indústria, a cidade sofre um processo de implosão-explosão, um grande adensamento de pessoas, de conhecimentos e de experiências e uma explosão de estilhaços de tecido urbano (Lefebvre, 1999 p.26). Esse processo de implosão, em conjunto com o grande crescimento demográfico da América Latina e a falta de instrumentos para se inserir na economia formal, da origem à problemas de absorção de mão de obra nas grandes cidades. Esses problemas, pelo processo de explosão, criam novas modificações urbanas: periferias, subúrbios e bairros periféricos e converte a

economia informal num evento de grande magnitude (Gaiger, 2009 p.87). A cooperação e a associação dos trabalhos se torna cada vez mais frequente frente a esse cenário.

Segundo Singer (2002, p.122), “o cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazido por emigrantes europeus”. Esse movimento assumiu diferentes formas no campo e na cidade, cooperativas agrícolas no primeiro e cooperativas de produção no segundo. Porém, como Singer ressalva (*ibidem*), “não se pode considera-las parte da economia solidária”, isto porque, além da sua direção e das pessoas que as operam serem assalariadas, elas não têm em si o processo autogestionário.

O agravamento da situação de informalidade e de diminuição da qualidade de vida a partir da crise social das décadas perdidas de 1980 e 1990 (Singer, 2002 p.122) da origem a diversos movimentos associativos. A desindustrialização ocasionou o aumento significativo do desemprego e acentuou a exclusão social (*ibidem*), isso fez com que a Economia Solidária renascesse no território brasileiro. Em resposta a esses retrocessos, os germes da Economia Solidária começam a aparecer, então, com a criação de pastorais, associações de microcrédito, comunidades de produção familiar, entre outros.

No Brasil, o movimento cresce consideravelmente a partir de 1980. Como observa Gaiger (2012, p. 189):

... tivemos iniciativas de Economia Solidária afluindo em vários momentos, com liberdade e sem prematura institucionalização, isso propiciou uma organização progressiva, das bases locais e regionais ao plano nacional, o que se pode representar sinteticamente com a menção ao Fórum Brasileiro (FBES)

A discussão da Economia Solidária no Brasil é consideravelmente indissociável das políticas públicas. A Secretaria Nacional de Economia Solidária

(SENAES) nasce, segundo Singer (2012, p. 49), “como consequência da vitória” do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições presidenciais de 2002. A discussão da Economia Solidária nesse partido se faz presente desde 1999/2000 como consequência da preocupação do significado do socialismo no mundo pós-1989 (*Ibidem*, p. 49).

Após diversas discussões e encontros, “a SENAES foi empossada junto com a III Plenária de Economia Solidária em 26 de junho de 2003” (Singer, 2012, p. 50). Nessa mesma data, foi fundado, de forma definitiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, que vão acompanhar o movimento de Economia Solidária até os dias de hoje. Nas palavras de Singer (*Ibidem*, p. 50), esses são fatos “essenciais para o que acontece depois”.

A SENAES surge, então, num momento em que a Economia Solidária estava entrando em fase de crescente reconhecimento público e institucionalização:

Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas (frutos da desindustrialização e do desemprego em massa), das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (Singer, 2009 p.43).

Para o processo de consolidação e institucionalização, foi de grande importância a ação de diversos setores da sociedade civil. Segundo Schiochet (2012, p. 57), a institucionalização da

participação social no movimento acontece a partir de 2006:

O diálogo, até esse ano, era um diálogo 'face a face' com o Fórum Brasileiro por meio, por exemplo, dos vários grupos de trabalho. A partir de 2006, nós incorporamos aquilo que é prática do processo de democratização das políticas públicas no Brasil: a constituição dos espaços de participação e controle social – com a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária e com a realização da primeira Conferência Nacional da Economia Solidária, colocando o grande debate da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento (Schiochet, 2012, p. 57).

A publicação do Atlas da Economia Solidária também em 2007, segundo Schiochet (*Ibidem*, p. 57) "foi, do ponto de vista simbólico, o primeiro momento de visibilidade da Economia Solidária no Brasil" e mostra o avanço da secretaria em levar o debate a um nível relevante e que estimula a participação de secretarias municipais, estaduais e até mesmo de outros países no movimento. Outro ponto importante para o avanço da Economia Solidária, também de forte caráter político, foi a criação da Frente Parlamento de Economia Solidária em 2007, nas palavras de Schiochet (*Ibidem*, p. 57), "um fato político importante em função da agenda legislativa intensa construída de 2003 a 2006 sobre o marco regulatório do cooperativismo e da Economia Solidária, do crédito. Assim, essa relação com o Poder Legislativo passou a ser fundamental".

Além desses fatores que permitem a associação do movimento de Economia Solidária a um caráter político, no Brasil, é possível perceber isso pelo que Singer (2012, p. 51) chama de "triângulo de três vértices" que caracterizaria a implementação de

políticas públicas para o movimento. Nas palavras do autor, "um vértice é obviamente o movimento, outro vértice é o governo e o terceiro vértice é que nós não temos outra forma de implementar as políticas a não ser em parceria com as entidades da sociedade civil que são da Economia Solidária, que entendem e fomentam a Economia Solidária" (*Ibidem*, p. 51). O caráter iminentemente social aparece, aqui, atrelado ao caráter fortemente político do movimento no Brasil.

Desde então, o movimento político vem crescendo no país, como forma de manter a integridade das classes dos setores populares através de diversas políticas públicas implementadas pela Senaes. A secretária tem oferecido cursos de economia solidária para funcionários públicos de outros ministérios, além de avançar na classificação e mapeamento de iniciativas de economia solidária pelo país. A maioria das políticas realizadas pela secretária se destina a apoiar e ampliar ações que já haviam sido tentadas anteriormente por outros movimentos sociais (Singer, 2009 p. 43).

### 2.3. Breve panorama da Economia Solidária no Brasil

Desde a criação da SENAES, faz-se presente uma proposta da realização de um levantamento amplo de informações e dados acerca da Economia Solidária no Brasil. O caráter associado a políticas públicas da ES no Brasil demanda um conhecimento mais amplo e específico acerca da realidade brasileira dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e das Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

O SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) é o resultado desse esforço e consiste num banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo país. O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, e reuniu dados de cerca de 18 mil empreendimentos em todo território nacional. O segundo mapeamento ocorreu entre 2010 e 2013 e foi quando começou a abranger, além das EES e das EAF, as políticas públicas voltadas à

Economia Solidária (PPES).

Sendo assim, esse sistema consiste numa importante caricatura do cenário da Economia Solidária no Brasil contemporâneo. A partir dele, aqui será feito um esforço em se traçar um breve panorama da evolução da Economia Solidária no Brasil e suas características.

Os resultados compilados no Atlas da Economia Solidária exemplificam com clareza a diversidade, a heterogeneidade e a expressividade de diversas minorias no meio da Economia Solidária, o que já era esperado. No quesito "cor ou raça predominante dos sócios", de um total de 19.708 EES considerados, 10.824 (54,92%) se mostraram preto, amarelo, pardo ou indígena. Além disso, percebe-se uma forte participação feminina na Economia Solidária brasileira, em números totais, cerca de 620.258 (43,56%). Outro dado importante, o de "número de mulheres que ocupam funções de coordenação e/ou direção do empreendimento", em valor absoluto, 86.040, contra 66.696 do mesmo dado para homens – um bom indicador para a forte e crescente participação feminina.

Outros dois dados importantes para traçar o perfil da Economia Solidária no país, são os das categorias "o empreendimento tem acesso a computador" e "o empreendimento tem acesso à internet". O primeiro aponta para aproximadamente 54,12% (10.667) dos empreendimentos sem acesso a computador, além disso, somente 8.269 (41,95%) tem acesso à internet. Além desses dados, é importante ressaltar que aproximadamente 54,76% (10.793) dos EES são localizados em meio rural.

Todos estes dados reforçam a tese dos dois circuitos de Milton Santos (1977), onde a Economia Solidária, uma economia de base urbana, estaria inserida. Como Santos afirma (1977, p.38-39), "o sistema inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de "capital não intensivo", por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala e não-moderno". Além disso, o circuito inferior

é forte em potencial criativo e trabalho intensivo, ao contrário do superior de capital intensivo e imitativo.

Essas características podem ser observadas a partir do panorama traçado pelos dados apresentados. O alto grau de heterogeneidade e participação popular conferem a Economia Solidária, nesse caso, no Brasil, um alto grau de intensidade de trabalho, além disso, apesar da falta de acesso à internet, ao computador e a modernização em massa, o potencial criativo é percebido quando se olha as atividades econômicas realizadas pelos EES entrevistados, dado que 11.081 (56,22%) dos empreendimentos são focalizados em produção ou produção e comercialização.

A partir do entendimento da perspectiva histórica da formação da Economia Solidária na América Latina, em especial, no Brasil, e dos dados apresentados a partir do SIES, será feito um esforço em enxergar na Economia Solidária uma proposta de Contraprojeto e, portanto, um espaço da resistência.

### **3. A Produção Neoliberal do Espaço no Contexto Contemporâneo, o Estabelecimento da Doxa e a Economia Solidária como Contraprojeto**

#### **3.1 O Espaço Abstrato**

Segundo Santos (2006, p.58), a partir da noção de intencionalidade é possível analisar o processo de produção e de produção das coisas enquanto fruto da relação do homem com o espaço. O produto já está contido no ato produtivo e, portanto, são acontecimentos de consciência que têm em si o caráter de intencionalidade. (Santos *apud* Szilasi, 2006 p.58). A partir da concepção de intencionalidade de Elliot Jacques, o autor continua e afirma que um evento intencional (baseado em uma intencionalidade) gera uma conduta e uma ação intencional. A intencionalidade parte de uma imagem-meta orientando uma conduta em direção a um objeto-meta.

Segundo essa concepção, a atividade se desenvolve a partir de uma imagem-meta, acarretando

uma conduta orientada a atingir um objeto-meta satisfatório. Este é representado pelos meios disponíveis “em forma de coisas, pessoas, ideias, que existam objetivamente e que possam ser utilizados [...] tal como estão ou após uma transformação adequada (Santos, 2006 p.58).

A industrialização trouxe para a cidade a inversão da lógica do uso pela lógica do valor (Lefebvre, 1999) proporcionando a “transformação adequada” para a instauração da intencionalidade neoliberal. A partir de então o espaço fora dominado por uma determinada “lógica” e passou por um processo de racionalização, dando origem a um espaço fragmentado, recortado e desmembrado (Herrmann, *apud* Lefebvre, 2015 p.07). Esse espaço, que surge a partir de então, é intencionalmente manipulado em direção ao estabelecimento de uma coerência para a realidade conflitante dotada de diferenças, o objeto-meta da racionalidade neoliberal.

O espaço abstrato, assim chamado por Lefebvre, é contra toda a diferença, ele as subtrai, “homogeneiza” de forma abstrata diferenças da natureza, do tempo, do espaço, do corpo, destruindo a “natureza” e os “tempos naturais” (Herrmann, *apud* Lefebvre, 2015). A “realidade” desse espaço aparece como meio da acumulação, da mercadoria, do capital. Ele “simula” a diversidade, mascara suas “contradições”, ele é “normativo-repressivo”, ele é voltado ao “lucro” (Herrmann, *apud* Lefebvre, 2015 p.07).

O espaço abstrato aparece como instrumento intencionalmente manipulado no curso do fortalecimento do capitalismo. O espaço abstrato é político e instituído por um Estado, portanto, institucional e serve a hegemonia (Herrmann, *apud* Lefebvre, 2015 p.08). De acordo com Milton Santos (2006), buscando-se aqui uma aproximação com a ideia de Lefebvre, o espaço da racionalidade funciona

como um mecanismo regulado, onde cada peça é movimentada por um comando centralizado. O controle desse espaço racional consiste num esforço homogeneizante que tenta mascarar as diferenças contidas no espaço abstrato. “Um outro sonho que se torna realidade, o sonho do meio artificial, funcionando como um laboratório ideal substituindo a natureza, sobre a qual se instala” (Santos, 2006 p.204).

A emergência atual desse espaço racional permite pensar que afinal se está realizando aquela previsão de Saint-Simon em seu *Catéchisme des Industriels*. Esse pensador vaticinava a substituição do governo dos homens por um governo das coisas. O progresso seria, nessa predição, “a administração das coisas”. Subentende-se que as coisas, pela sua natureza, teriam o condão de dirigir o comportamento dos homens (Santos, 2006 p.204).

### 3.2 O Contraespaço e o Espaço Diferencial

Segundo Herrmann (2015 p.09), a partir do conceito de Lefebvre, contraespaço se define como as forças que se opõem às intenções estratégicas do espaço abstrato, são os seus “obstáculos”. Sendo assim, o movimento de Economia Solidária se insere como uma proposta de contraespaço.

As propostas de contraespaço nascem das contradições do próprio espaço, conflituoso e discrepante em si mesmo. Essas contradições advêm do seu conteúdo prático e social, o capitalismo (Lefebvre, 2008). O espaço abstrato tem em suas próprias contradições um anúncio do seu fim. Segundo Herrmann (2015 p.10), toda proposta de contra espaço “abala da “base ao cume” o espaço existente, suas estratégias, seus objetivos (a homogeneidade) ”.

A partir do questionamento do que já está concebido no espaço abstrato, as diferenças se desvelam. O contraespaço se instala dentro do espaço



abstrato e assinala as formas marginalizadas à força homogeneizante que nele já estavam mascaradas. A diferença está à margem da homogeneização e se constitui como resistência e, portanto, um instrumento para a dissolução do espaço dissimulado; para as diferenças não se deixarem absorver pelo potencial homogeneizante do sistema, estas, além de resistir, devem contra-atacar. Esta parte do contexto atual (espaço abstrato) para opor-se a ele na tentativa de dar luz a um “novo” espaço, o “espaço diferencial”. (Herrmann, *apud* Lefebvre, 2015 p.10).

### 3.3 A Produção do “Novo Espaço” e a Passagem do Possível ao Impossível

A transição de um modo de produção a outro se dá pela apropriação do espaço. Essa apropriação deve ir de encontro a produção de algo “novo”. Segundo Lefebvre (*apud* Herrmann, 2015 p.10), “não basta inventar “outro espaço” para criar uma “nova vida”, é necessária “vida nova”, ou seja, uma nova prática social, para um “espaço novo”.

A partir das diferenças contidas no espaço abstrato, é possível juntar as lutas das diversas frentes (negros, estudantes, mulheres, etc.) de maneira a convergirem para a criação de um “novo espaço”. A luta dos “diferentes” por um contínuo processo de posse e de gestão do espaço comum, rumo a transformação da vida pela “capacidade criadora”, possibilitará uma mudança da totalidade (Herrmann, *apud* Lefebvre, 2015 p.11).

O conceito de produção do espaço em Lefebvre afirma uma dialética existente entre os signos, os significados e o concreto. A percepção espacial da cidade passa por um processo contínuo de reiteração e reprodução de valores que retroalimentam ciclos dessa primeira percepção (Magalhães *apud* Lefebvre, 2015 p.158). A constante renovação das noções e percepções acerca do espaço reafirmam as impossibilidades nele contidas.

Para Lefebvre (*apud* Herrmann, 2015 p.12), a separação entre possível e impossível é um erro. O espaço que abre oportunidades para uma vida nova é

o mesmo que a reprime. O autor continua afirmando que uma sociedade nova não pode se definir senão pela “inversão” do “mundo ao avesso”. Segundo Magalhães (2015, p.158), a cidade, como laboratório aberto de possibilidades, é um terreno fértil com grande capacidade criativa para novos vetores de “emanações sociais”.

A dificuldade da realização de uma potência criadora nas metrópoles atuais se reafirma pela reprodução de símbolos e significações ideológicas (Magalhães, 2015 p.159). Santos (2006, p.82) afirma que a ideologia não é apenas objetiva, real, como também cria o real. Na origem se apresenta como um real abstrato, mas se manifesta como real concreto, na medida que a vida social se “complica”.

Segundo Santos (2006, p.82), a realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real, portanto mais que aparência. Apesar de grande parte das significações ideológicas (Magalhães, 2006 p.159) – na criação intencional de signos, valores e vetores em funções de finalidades objetivas – as formas que elas ganham vida na “complicação da vida social” podem gerar um descolamento das fontes originais. “A aglomeração é um meio criador de estímulos, seja na direção da reprodução perversa de vetores destrutivos, ou no caminho oposto, aumentando potências virtuosas, criadoras”. (Magalhães, 2015 p.159)

Sendo assim, a Economia Solidária, quando distanciada da “lógica” das fontes originais de homogeneização ideológica, cria uma lógica social produzida no cotidiano e fomentada pela aglomeração, no sentido de criar estímulos para uma emancipação.

### 3.4 O “Espaço Social” e a “Doxa” de Pierre Bourdieu

O mundo social como espaço é uma estrutura mutável em que operam simultaneamente dinâmicas de “conservação” e de “transformação” do espaço social. A relação dessas dinâmicas no “espaço social global” o torna um “campo” em que agentes com interesses diferentes se “enfrentam”, portanto,



um “campo de lutas” (Herrmann *apud* Bourdieu, 2015 p.12).

Bourdieu (*apud* Herrmann, 2015 p.13) observa que, na medida em que se ajusta a estrutura “objetivada” para longe da “internalizada”, a ordem vigente passa a ser percebida como “fechada”, uma “ordem natural”. O processo de estabelecimento de uma “ordem” passa pela tentativa de naturalizar a sua própria arbitrariedade para conservar sua estrutura.

Coisas que poderiam ser de “outro modo”, são o que “são”, somente porque são o que “deveria ser”, continua o autor. Os agentes têm na experiência “subjetiva” o sentimento de que “não há nada a fazer” a não ser o que se está fazendo, que é somente o que se deveria fazer (Herrmann *apud* Bourdieu, 2015 p.13).

Segundo Bourdieu (*apud* Herrmann, 2015 p.13), a prática individual em conjunto com a prática do todo e as instituições reforçam o mundo tido como evidente.

As necessidades “subjetivas” e tidas como “evidente” num senso comum do mundo são “validadas” num mundo “objetivo”, cuja “essência” existe “sem ser falada” (...) as “leis habituais” são silenciosas, os “princípios” permanecem implícitos e não formulados, porque inquestionáveis, nada é mais “majoritário” do que a “unanimidade da doxa” (Herrmann *apud* Bourdieu, 2015 p.14).

Sendo assim, segundo Bourdieu (*apud* Herrmann, 2015 p.14) a doxa é o “inquestionável”, o indiscutível, o “não nomeado”. A reafirmação do mundo feito evidente se dá pela legitimação do

“desconhecimento da arbitrariedade”. Os instrumentos de “conhecimento” são instrumentos “políticos” que contribuem para a “reprodução do mundo social” e para a sensação de “nada a fazer”.

### 3.5 A Legitimação pela Ortodoxia e o Questionamento do Inquestionável

Bourdieu (*apud* Herrmann, 2015 p.14) afirma que a ortodoxia é a maneira “oficial”, de se pensar acerca do mundo. Essa maneira oficial “impõe censuras” e mascara a oposição entre a correta e errada, delimitando o “universo das possibilidades” de discurso. A ortodoxia “legítima” ou “ilegítima” aquilo que é passível de ser pensado ou discutido e assim impede o acesso aos “instrumentos de luta” para a “definição da realidade”.

A “legitimação da ordem social” não é produto de uma “imposição simbólica”, mas resulta da maneira como os agentes percebem as estruturas objetivas do mundo a partir da apreciação do mundo evidente (Herrmann *apud* Bourdieu, 2015 p.15). Ainda que a cada transformação social ocorra também um processo de “fabricação” de novos significados (Santos, 2006 p.83), a percepção ortodoxa do espaço mantém o entendimento do processo e a busca de um sentido em um nível limítrofe ao questionamento da doxa, o que renova as ideologias.

A maneira como entendemos e tentamos transformar o mundo é limitada pelo molde da ortodoxia. O controle dos fluxos de informação e da comunicação mascara as contradições e dita a ordem como natural, portanto ignorada (Herrmann *apud* Harvey, Bourdieu, 2015 p.15). Segundo Santos (2006, p.160), os espaços modificados para atenderem aos interesses hegemônicos econômicos, políticos e culturais são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. Uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território e passam-se a distinguir zonas providas pelo conhecimento e zonas desprovidas dessa vantagem. Essa distribuição intencionalmente manipulada do “conhecimento”

limita nossa visão do possível.

A heterodoxia, nesse contexto, seria aquilo que se opõe a ortodoxia (Herrmann *apud* Bourdieu, 2015 p.16). Essa seria as “alternativas não apresentadas” pela ordem estabelecida.

A doxa pode ser representada graficamente pela figura a seguir:

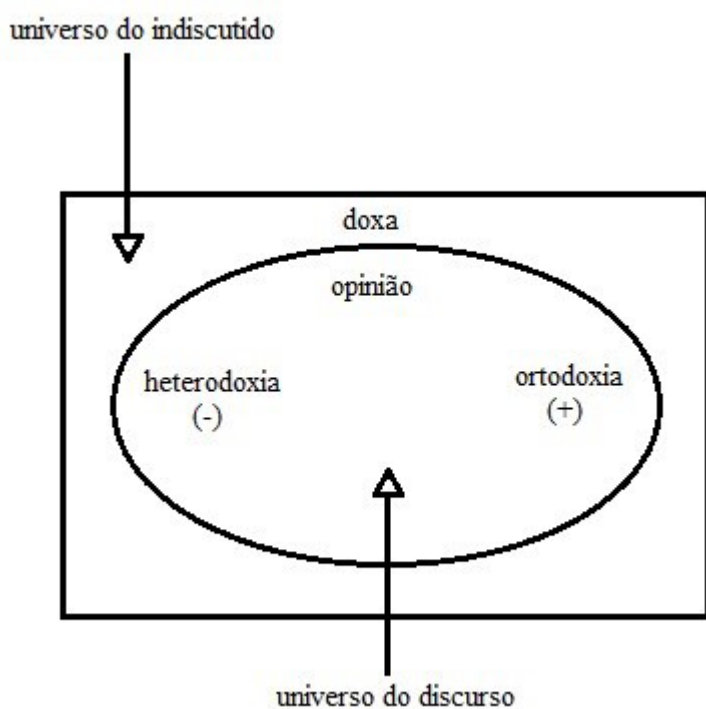


Figura 01: A representação da doxa. Fonte: (Herrmann *apud* Bourdieu, 2015 p.16) (tradução própria).

Para trazer para perto o “universo do indiscutido” e, portanto, questionar a “verdade” fornecida pela doxa é necessária uma crise. Durante a crise a ordem cotidiana é colocada em xeque e faz-se necessário uma “linguagem” diferente, o que Bourdieu chama de “discurso extraordinário”. Expor as contradições do espaço abstrato é deslegitimar o discurso dominante (Herrmann *apud* Bourdieu, Lefebvre, 2015 p.17).

A exposição da arbitrariedade é disputada entre “dominados” e “dominantes”. Segundo Bourdieu

(*apud* Herrmann, 2015 p.17), quando os “dominados” possuem os meios “materiais e simbólicos” para rejeitar o mundo que é colocado como real, e quando conseguem expor as “censuras institucionalizadas” é que os princípios arbitrários do mundo tido como real aparecem como, de fato, arbitrários.

A mudança do mundo, segundo Bourdieu (*apud* Herrmann, 2015 p.18), passa pela mudança da percepção social do mundo pela qual os grupos são produzidos e reproduzidos. O questionamento do inquestionável é dado pelo que Harvey (*apud* Herrmann, 2015 p.18) chama de “experiência de pensamento”: trata-se de imaginar um novo mundo, novas alternativas, a partir da mudança da nossa situacionalidade (material ou mentalmente). Ou seja, afastando-se do “poder simbólico”, através da imaginação de um novo cenário, é possível formular novas práticas e a alteração da visão de mundo.

#### 4. A Economia Solidária como Espaço da Resistência: Perspectivas Emancipatórias

##### 4.1 Apresentação do Conceito de Espaço da Resistência

Adiante, será apresentado a construção teórico-prática de Carolina Herrmann, inspirada em conceitos de Lefebvre e de Pierre Bourdieu na tentativa de perceber na Economia Solidária uma possibilidade de emancipação e constituição como espaço da resistência.

A partir da representação gráfica de Bourdieu (2006) na figura 01, Herrmann (2015 p.18) parte da compreensão de que a “diferença” de Lefebvre transgrede e supera a própria doxa do espaço abstrato. Invertendo o desenho de Bourdieu, Herrmann (2015, p.18) representa o espaço abstrato como um quadrado, expressando este espaço como “cartesiano, rígido, cheio de normas, burocracia, institucional”. A ortodoxia é representada pelo sinal de “mais” (+), e a heterodoxia no caminho oposto.

Além disso, Herrmann (2015, p.18) transforma a doxa em um círculo. A autora parte da compreensão

de que “por mais que esteja fechada em si mesma, a doxa é maleável” e afirma que “a ortodoxia do espaço abstrato se apropria dos discursos da heterodoxia e os desvirtua, adapta, inverte o sentido a seu favor, suas “verdades” são remodeladas ao longo do tempo”.

O esboço do espaço diferencial é visualizado por Herrmann (2015, p.19) como “a imagem do infinito” por apresentar, segundo ela, “infinitas possibilidades de perceber e ser no mundo, de “realidades” no plural”. O espaço diferencial se insere a partir do interior do espaço abstrato, o que, segundo a autora, “significa a sua presença na prática social, mais precisamente pela heterodoxia” (Herrmann, 2015, p.19). O que reafirma a fala de Lefebvre e Bourdieu de que a mudança parte da “realidade” e atua nas “fissuras” (Herrmann, apud Lefebvre, Bourdieu, 2015, p.19).

Sendo assim, segundo Herrmann (2015, p.19), o “espaço da resistência” promove “o elo e transita de forma dialética entre o espaço abstrato e o espaço diferencial quando estes se encontram, é a sua “interconexão”.

A tese de Herrmann é apresentada na figura a seguir:

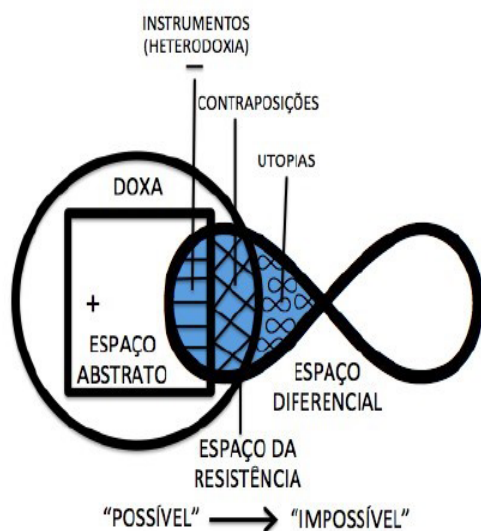


Figura 02: O espaço da resistência e suas três representações.

Fonte: HERRMANN (2015).

#### 4.2 A Economia Solidária: proposta de espaço da resistência

A partir da representação gráfica na Figura 02, será feita uma tentativa de aproximação do movimento de Economia Solidária como espaço da resistência.

O movimento representado na Figura 02 (possível-impossível) representa, segundo Herrmann (2015, p.19), o movimento que Lefebvre nos fala e “o rumo do espaço da resistência”. “É um movimento que se dá a partir do espaço abstrato em direção ao espaço diferencial e é o primeiro momento deste”. O movimento de Economia Solidária se encaixa nessa transição pois, segundo Gaiger (2009, p.81), esse “rol de experimentações”, que surgiu a partir da Economia Social e deu origem a esse movimento, “sinaliza a presença de práticas econômicas vincadas em princípios não utilitaristas, desprezadas pelo pensamento hegemônico”. Portanto, partem do espaço abstrato rumo a um espaço diferencial.

As contraposições, segundo Herrmann (2015, p.20), é “o momento em que o espaço da resistência se encontra fora do espaço abstrato, mas dentro da doxa. É quando se coloca em discussão o até então não discutido”. A economia hoje não foge da doutrina utilitarista, fazendo com que seja parte essencial do “universo do discurso”. Qualquer tipo de discussão que se apresenta fora do utilitarismo concebido como verdade inquestionável é deslegitimada pela doxa. A Economia Solidária, também chamada de a Outra Economia, traz para o questionamento o até então não discutido: o antiutilitarismo.

Segundo Caillé (2009, p.19), a Ciência Econômica, como a conhecemos, é a cristalização do utilitarismo. O autor continua e afirma que “as explicações utilitaristas da ação humana são infinitamente mais fracas do que se poderia crer no início”:

(...) ou elas não conseguem se libertar do formalismo e da

tautologia, limitando-se a repetir, sob múltiplas formas, que os homens preferem o que preferem e interessam-se pelo que os interessa; ou elas caem em uma forma ou outra de utilitarismo vulgar, afirmando serem os interesses materiais (o dinheiro, o sexo, ou o gosto pelo poder) que conduzem o mundo (Caillé, 2009, p.19).

A Economia Solidária se distancia da reafirmação doxica de utilitarismo enquanto crítica consistente à economia política. Isso implica no "reconhecimento da essência política (e não econômica) das sociedades" (Caillé, 2009, p.19). Antes de buscar, a partir da experiência "subjéctiva", o atendimento de interesses próprios, o indivíduo deve se constituir como tal a partir de si mesmo ou dos coletivos:

Essa construção de subjéctividade relaciona-se à subordinação da necessidade à exigência de sentido (para o indivíduo ou para o coletivo) e implica a subordinação das considerações utilitárias a um momento antiutilitarista constitutivo (Caillé, 2009, p.19).

A partir desse movimento de contraposição, o espaço da resistência entra em um momento em que consegue escapar da doxa e ir em direção a utopia. O questionamento da doxa pelas contraposições, segundo Herrmann (2015, p.20), abre espaço para o pensar se libertar de qualquer censura imposta. De acordo com Bloch (apud Herrmann, 2015, p.20), a utopia é "o que não tem lugar dentro do espaço abstrato e sua doxa, mas pode vir a ser realidade ou já o é, em "outros espaços" que proporcionem as "condições" para sua existência". É a utopia, necessária ao pensamento que explora uma possibilidade, como

diz Lefebvre (apud Herrmann, 2015, p.21).

## 5. Conclusão

Sendo assim, a partir da análise do conceito de espaço da resistência de Herrmann, a Economia Solidária com suas proposições de antiutilitarismo, autogestão, consumo solidário, cooperação e associativismo se inserem na luta pelo estabelecimento de novas formas de se ver o mundo tido como evidente, portanto uma utopia.

A Economia Solidária enquanto movimento político no Brasil insere-se na resistência contemporânea contra o contexto político neoliberal. Assim como as lutas ambientais na Serra do Gandarela (Herrmann, 2015) e as manifestações de julho de 2013 no Brasil, insere-se também esse movimento nas lutas de resistência.

Esse artigo cumpre o objetivo de enxergar no movimento de Economia Solidária uma possibilidade de emancipação ao afirmar que este se situa, quando construído a partir de concepções de fora da doxa, fora do espaço abstrato do capitalismo. A luta pela utopia se faz presente no movimento enquanto resistência ao avanço das políticas neoliberais. Esse artigo, ao identificar esse caráter emancipatório, abre espaço para questionamentos posteriores a partir de observações de situações da Economia Solidária no cotidiano.

**6. Referências Bibliográficas**

- ALVES, M. A. *Terceiro Setor: as origens do conceito*. In.: [www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf)
- BOURDIEU, P. *Espaço Social e Poder Simbólico*. In.: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 149-168
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 10. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Structures, Habitus and Power: basis for a theory of symbolic power*. In.: BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge University Press: Cambridge, New York, 2006, p. 159-197.
- CAILLÉ. *Dicionário internacional da outra economia / Pedro Hespanha...*[et al.]. – (CES) – Tradução para o Português
- GAIGER, Luis. *Antecedentes e expressões atuais da economia solidária* Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 84 | 2009, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, criado a 15 Julho 2015. URL : <http://rccs.revues.org/401> ; DOI : 10.4000/rccs.401
- HERRMANN, Caroline. *O espaço da resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henri Lefebvre* Costa, G; Costa, H. & Monte-Mór, R.L. (orgs.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. BH: Ed. C/Arte, 2015 (pp.369-391)
- LAVILLE, Jean-Louis. *Economía Social en Europa: Una nueva ola de iniciativas en Europa*. Otra Economía - Volumen II - Nº 2 - 1º semestre/ 2008 - ISSN 1851-4715
- LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana* ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henry. *El Manifiesto Diferencialista*. 2ª. Ed. México: siglo veintiuno, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991
- MAGALHÃES, Fernando. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: Subjetividades, Insurgências e Redes na Economia Política da Urbanização Contemporânea*.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais*. – Boletim Paulista de Geografia, 53, fev. 1977 /AGB-SP
- SCHIOCHET, V. *A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato*. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.
- SIES. *Sistema de Informações em Economia Solidária* – SENAES.: Link: <http://atlas.sies.org.br/>
- SINGER, Paul. *Políticas públicas da secretaria nacional de economia solidária do ministério do trabalho e emprego*. – Mercado de Trabalho, 39, mai. 2009 /IPEA
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Economia Solidária São Paulo*: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária*. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.) *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

**Artigo recebido em Fevereiro de 2016 e  
aprovado em Outubro de 2016.**